

DESAFIOS ENCONTRADOS NA FUNÇÃO DE PROFESSOR COORDENADOR PEDAGÓGICO (PCP) NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MATO GROSSO DO SUL

Josinei Vieira Machado

josineivieira@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumo

Este trabalho está vinculado ao Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e visa relatar alguns desafios encontrados pelos professores no momento da adaptação a nova função de coordenador pedagógico na Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul. As reformas educacionais determinaram transformações na organização do trabalho escolar. Essas transformações resultaram em novas funções para os docentes. O trabalho passou a abranger, um conjunto de ações que se estendem para além da sala de aula e incorpora ao trabalho novas responsabilidades. O professor coordenador primeiramente deve ter clareza da função, e enquanto figura nova, necessita vencer seus medos, seu isolamento para conquistar seu espaço.

Palavras-chaves: Professor-coordenador; desafios; coordenação pedagógica.

Introdução

Este trabalho está vinculado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na disciplina Formação Docente para a Educação Básica e visa relatar alguns desafios encontrados pelos professores no momento da adaptação a nova função de coordenador pedagógico na Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul.

As últimas reformas educacionais determinaram transformações importantes na organização do trabalho escolar, mudando de forma direta o trabalho do grupo e a participação da comunidade na gestão escolar. Essas transformações resultaram em novas demandas e funções para os trabalhadores docentes. O trabalho do professor passou a abranger, um conjunto de ações que se estendem para além da sala de aula, e isso repercutiu sobre a identidade profissional e percebe-se que, na medida em que a escola se reorganiza também incorpora ao trabalho docente novas funções e responsabilidades.

Analisando a necessidade emergencial da função de Coordenador Pedagógico na Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul, que desde de 1994 não há concurso para o cargo de Especialista em Educação formado em Pedagogia, e que segundo o parecer do

Conselho Estadual de Educação de nº 332/2011 destacam-se as seguintes justificativas apresentadas pelos interessados:

“- o número de profissionais habilitados em Pedagogia não atende à demanda de Coordenadores Pedagógicos nas escolas estaduais;
no Brasil, atualmente, a tendência é admitir, além do pedagogo, professores com habilitações em diversas licenciaturas para exercerem a função de coordenação pedagógica;
a exigência da formação em Pedagogia, para o exercício do cargo de Coordenador Pedagógico limita a oferta de trabalho aos demais profissionais da educação habilitados em outros cursos de licenciatura que, muitas vezes, possuem conhecimentos sobre gestão e não podem atuar na coordenação por limitações impostas pelos dispositivos legais”. (Parecer do CEE/MS nº 332/2011).

Houve a necessidade de incorporação da função de Professor para desempenhar a recém-criada função de Professor Coordenador Pedagógico (PCP) nas funções escolares. Juntamente com essa incorporação surgiu também os desafios de atuação desses profissionais que antes estavam em sala de aula e agora estão compondo a gestão pedagógica da escola. As condições e as restrições desse profissional de ensino, assim como a proletarização do professor, compreendendo a qualidade e a ética profissional, definindo autonomia, qualidade educativa do trabalho docente, deu margem para questionamentos em caráter de competências. Optou-se aqui por uma pesquisa qualitativa a qual se consistiu em um relato de experiência e revisão bibliográfica, com o objetivo de buscar um referencial teórico para o estudo, buscando compreender os desafios enfrentados por esses profissionais com os demais sujeitos escolares.

O trabalho do Coordenador Pedagógico deve ocorrer de forma circular, ou seja, todos os itens citados devem ser de conhecimento e entendimento de toda a equipe. O grande desafio é fazer essa engrenagem funcionar. As representações e os sentidos existentes sobre a coordenação pedagógica no cotidiano escolar oscilam entre o estritamente indispensável e o absolutamente desnecessário. De acordo com Fernandez (2003):

“É comum ouvir que a coordenação pedagógica é assim: quando tudo vai bem, ninguém lembra que existe; quando vai mal, dizem que não existe; quando faz cobranças, não é preciso que exista; porém quando realmente não existe, todos concordam que deveria existir”. (FERNANDEZ, 2003, p. 6).

Essa visão demonstra, por um lado, as falsas expectativas dirigidas à função de coordenador pedagógico e, por outro, determinadas ações irrefletidas, emergenciais, superficiais e equivocadas de alguns coordenadores, além da execução de tarefas que não são de sua competência. Existem algumas definições negativas em relação ao papel do coordenador pedagógico, quando coloca que ele não é fiscal do professor, não é “dedo duro” (que entrega

professores para a direção), portanto, quando um professor “muda de lado” ele deve primeiro tirar essa carga de suas ações, para que a equipe possa enxergá-lo como um parceiro.

Não se pretende aqui fazer um levantamento de toda a bibliografia já publicada seja ela em livros, revistas e imprensa escrita, mas apenas fazer uma pequena abordagem e releitura de alguns trabalhos já publicados que abordaram esse tema.

Percurso investigativo

Trabalhar diretamente com pessoas, em qualquer profissão, exige saber se relacionar. E ao longo desses anos atuando em escolas, percebi que existem diversas pessoas que exercem diferentes funções e que, cada uma delas que participam dessa cadeia de relacionamentos, tem características, valores e expectativas próprias e nem sempre iguais. Cabe ao coordenador pedagógico lidar diretamente com esses professores e mediar essa relação. O coordenador se ocupa da formação destes, da orientação nos planejamentos, da discussão sobre encaminhamentos da prática, do acompanhamento das aprendizagens e muitas outras atividades.

Então primeiramente deve-se ter clareza da função, para que a relação que existia antes como colegas, agora não seja colocada em xeque e que também não se construa uma relação de poder entre os professores e o agora então PCP (Professor Coordenador Pedagógico). Deve-se saber o papel de cada um nessa nova relação. Ser coordenador nos coloca na posição de ser mais responsável, de ter atitudes que acolhem e incluem todos os professores. No relacionamento com esse profissional, é preciso ceder e buscar o entendimento. Fazendo uma referência a Sigmund Freud (1856/1939), “o coordenador atua como o adulto nessa relação”. Atualmente muitos dos problemas encontrados no exercício da coordenação pedagógica, tem sua origem na configuração atual da função, associada ao controle e fiscalização.

A inserção da coordenação pedagógica trouxe para o interior da escola a divisão do trabalho e das ações, ou seja, a divisão entre os que pensam, manda, decidem, e os que executam. O professor era o ator e autor de suas aulas, a partir deste momento passa a ser retirado de seu poder os acontecimentos que envolvem os alunos, colocando-se entre ele e o seu trabalho a figura do professor coordenador pedagógico. Em função dessa origem profissional ligada ao poder e controle autoritários, há necessidade de o coordenador assumir uma postura diferenciada e conquistar a confiança dos educadores. Alarcão (2008) diz:

“A função supervisora pode ser compreendida como um processo em que um professor, em princípio mais experiente e mais informado, orienta outro

professor ou candidato a professor no seu desenvolvimento humano e profissional”. (ALARCÃO, 2008, p. 89).

É importante lembrar que a coordenação pedagógica é exercida por um educador, e como tal deve estar no combate a tudo aquilo que desumaniza a escola: a reprodução da ideologia dominante, o autoritarismo, o conhecimento desvinculado da realidade, a evasão, a lógica classificatória e excludente, a discriminação social na e através da escola. Como diz Vasconcelos (2009):

“o que sobressai, como principal fator para o sucesso da escola, é a presença de um supervisor que vê sua tarefa como essencialmente pedagógica, que está junto com os professores, discutindo com eles os problemas e buscando as soluções, conhecendo as crianças, enfim, o fato de a escola contar com alguém preocupado com o ensino e que busca meios de auxiliar o professor”. (VASCONCELOS, 2009, p. 90).

O foco de atenção do supervisor no trabalho de formação é tanto individual quanto coletivo: deve contribuir com o aperfeiçoamento profissional de cada professor e ajudar a constituí-los enquanto grupo. Partindo do princípio de que, quem pratica quem gere a prática pedagógica de sala de aula é o professor, a coordenação pode auxiliá-lo, estabelecendo uma dinâmica de interação que facilite o avanço, segundo Quaglio (2006):

“entende que a falta de experiência na função, a carência de fundamentação teórica, a falta de clareza sobre o papel a ser desempenhado, o número reduzido de horas de trabalho pedagógico coletivo, a dificuldade de relacionamento com os diferentes elementos da escola e a resistência dos professores em relação à mudança dos paradigmas que orientam a prática educativa são entraves que dificultam o exercício da função de Professor Coordenador”. (QUAGLIO, 2006)

O coordenador, ao mesmo tempo que acolhe, deve ser provocador, desequilibrador, questionador, animador, disponibilizando subsídios que permitam o crescimento do grupo de trabalho e tem um papel fundamental na formação dos educadores, ajudando a elevar o nível de consciência e paciência, passa a defender o trabalho efetivo e incansável do professor, sempre articulado com o projeto político pedagógico da escola, favorece à todos a tomada de decisão sobre a sua ação e sobre o contexto do trabalho da escola, bem como, pode-se afirmar, que favorece o próprio repensar do coordenador sobre a sua missão.

O professor, como também o coordenador, consciente de sua prática, das teorias que embasam e das teorias que cria e desenvolve ao resolver problemas diários, é um profissional inserido no processo de formação contínua, em busca de mudanças e fundamentações criteriosas para a sua prática.

O professor coordenador por sua vez, encontra dificuldade para realizar sua atividade. É atropelado pelas urgências e necessidades do cotidiano escolar. Enquanto figura nova e sem tradição na escola, tem suas funções ainda não bem definidas, com poucos parceiros e frequentemente sem apoio na unidade escolar, necessita vencer seus medos, seu isolamento para conquistar seu espaço.

Diante dessas dificuldades percebe-se a importância do trabalho que pode e precisa ser desenvolvido no horário de trabalho pedagógico coletivo, pois é nesse espaço que os professores, ao criarem propostas de ensino para responder aos desafios de sua escola, estão construindo sua qualificação profissional. É preciso investir nesse momento, e isso significa que é preciso investir na formação do professor coordenador, na medida em que ele é o agente estimulador e articulador desse processo. Para tanto, é preciso que o coordenador tenha também um espaço coletivo e formador com outros coordenadores da escola e da rede de ensino, no qual possa apresentar suas dificuldades, partilhar suas angústias, refletir sobre sua prática como coordenador, trocar experiências e crescer profissionalmente, para exercer de forma plena sua função formadora e promotora do projeto pedagógico. Como afirma Freire (1996), quem mais precisa aprender é aquele que ensina.

A expressão Educação Continuada traz uma crítica a termos anteriormente utilizados tais como: treinamento, capacitação, reciclagem que não privilegiam a construção da autonomia intelectual do professor, uma vez que se baseavam em propostas elaboradas e apresentadas aos professores para serem implementadas em sala de aula.

O relatório Delors, elaborado pela Comissão Internacional constituída pela UNESCO (1996) para discutir a educação para o século XXI, afirma que: “a educação dos cidadãos para o novo século deve assentar-se em quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, e aprender a ser”. Nesse contexto, segundo (ALMEIDA, 2006, p. 86) “o professor precisa ser, um analista simbólico, um artesão, um profissional da relação e um construtor de sentido”. É para esse novo perfil de professor que nós, professores formadores, temos de nos capacitar, o que significa assumir que nossa própria identidade – porque identidade é metamorfose – precisa se modificar para atender as solicitações deste novo tempo.

Para Falcão Filho (2007) “a atividade do Coordenador Pedagógico compreende-se de quatro momentos de acompanhamento, assistência, orientação e articulação”. O momento de acompanhamento tem como objetivo saber como as atividades dos docentes e discentes estão sendo desenvolvidas, de modo a contribuir com o seu saber e sua prática para a solução dos problemas que surjam no desenvolvimento de ensino-aprendizagem. A partir daí, surge o

momento de assistência, no qual o Coordenador presta uma colaboração a seus pares, docentes e discentes. O momento de orientação visa a alterar a forma de atuação do docente em uma determinada situação ou a influenciar futuras. E o momento de articulação exige que o coordenador seja capaz de desenvolver ações para unir e integrar os docentes na busca de objetivos comuns.

O desenvolvimento eficaz do processo de ensino aprendizagem exige que mais momentos aconteçam na escola. Para isso não se demanda somente uma função específica, mas um profissional devidamente qualificado. “O PCP, portanto, deve estar atento para que não haja a diminuição ou o empobrecimento das discussões, essencialmente pedagógicas, retomando objetivos ou até mesmo criando outras estratégias de organização como ofícios circulares, estabelecimento de reuniões específicas ou com tempo determinado para tratar de questões de cunho muito normativo”. (TORRES, 2001).

Em se tratando da relação com os alunos, o PCP deve estabelecer oportunidades e estratégias de parcerias, incluindo-os no planejamento curricular com opiniões, sugestões e avaliações no processo de ensino e aprendizagem, visando a uma integração produtiva tanto para os docentes como para os discentes. “As questões disciplinares também são importantes para a Coordenação que deve se propor a ajudar o grupo de professores a discutir e a refletir sobre essa problemática”. (FRANCO, 2003).

A participação dos pais na escola pode ocorrer, no âmbito individual, para buscar receber orientações sobre a trajetória escolar do filho e, no âmbito coletivo, quando eles podem contribuir com a gestão da escola. Assim, o PCP cumpre função de destaque para que, “em uma perspectiva democrática, se possa viabilizar uma relação saudável entre família e escola”. (ORSOLON, 2005). Assim, espera-se que o PCP tenha sensibilidade para compreender as diferentes configurações familiares e relacionar-se com elas sem preconceito, para conhecer o lugar social das famílias dos alunos, para identificar os modelos educativos que norteiam as ações educativas das famílias e da escola, e, também, para proporcionar as famílias um espaço de participação na gestão da escola.

Almeida (2001) considera que: “o PCP precisa, portanto, conhecer e valorizar as relações interpessoais nas quais ele e os demais professores interagem”. Dessa maneira, ao lidar com seres humanos usando a si próprio como instrumento de trabalho, precisa desenvolver-se como pessoa que irá se relacionar com outras pessoas.

Conclusão

Um coordenador deve estar disposto a aprender o tempo todo, a pesquisar, a investir na própria formação utilizando a criatividade, a inteligência, a sensibilidade e a capacidade de interagir com outras pessoas que estejam ao seu redor. Deve considerar que a sua responsabilidade é de colaborar na articulação entre escola e comunidade. Ao professor coordenador pedagógico compete fazer a leitura dos percursos de vida institucionais, provocar a discussão e a negociação de ideias, promover a reflexão e a aprendizagem em equipe, organizar o pensamento e a ação do coletivo das pessoas como indivíduos.

No contexto histórico da função do professor coordenador pedagógico e suas implicações para a formação continuada de professores, foi percebido desde a chegada dos jesuítas no Brasil, trazendo a função por meio de uma figura denominada Prefeito Geral de Estudos, desde então ficou claro que o papel do coordenador pedagógico enquanto agente articulador da formação continuada dos professores possibilitaria à sistematização do conhecimento acerca da função supervisora, o seu papel na educação e na promoção da formação continuada dos professores. Bem como, conhecer a concepção de formação continuada dos educadores da escola.

Com as reformas ocorridas na educação essa função recebeu outras denominações, porém, a ideia permanecia a mesma, consistindo em orientar e dirigir as aulas, (expropriando o professor de seu fazer) era uma função meramente fiscalizadora e controladora, de caráter técnico e desprovido de ação política, ficando mais evidente no contexto da ditadura militar, existindo uma hierarquia de poderes, ao mesmo tempo em que o supervisor fiscalizava o professor, também era fiscalizado, conforme Silva Jr. (1997) “Para uma sociedade controlada, uma educação controlada; para uma educação controlada um supervisor controlador e também controlado”.

Nesse sentido é possível que o Coordenador seja fonte de inspiração dos seus professores, conduzindo-os a uma reflexão crítica da realidade e do mundo. Para um trabalho eficiente do professor coordenador pedagógico na busca da formação do professor, a ação supervisora deve estar fundamentada em três dimensões básicas: procedimental (saber fazer), conceitual (saber sobre) e atitudinal (saber ser).

Para tanto, cabe a partir daqui que continuemos a investigação, buscando conhecer fatores que aprofundem e ampliem o entendimento da função e atuação do Professor Coordenador aqui apresentados.

Como se percebe, o PCP lida com questões variadas e profundas em sua prática cotidiana. E a partir do contexto acima explanado que se pode evidenciar que as mudanças ocorridas na regulação das políticas educacionais trazem consequências para a organização das escolas de educação básica e, conseqüentemente, para o trabalho, para a profissão e para a identidade docente.

Referências

ALARCÃO, I. **A Formação do Professor Reflexivo**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

ALMEIDA, L. R. de. **O relacionamento interpessoal na coordenação pedagógica**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ALMEIDA, L. R. e PLACCO, V. M. N. S. (org.). **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. São Paulo: Loyola, 2001.

DELORS, J. **Educação—um tesouro para descobrir**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: Junho/2018.

FALCÃO FILHO, J. L. M. **Dicionário crítico: coordenador pedagógico**. Presença Pedagógica, v. 13, n. 75, mai/jun 2007, p. 48-58.

FERNANDEZ, Francisca E. **A coordenação pedagógica: por uma perspectiva docente**. São Paulo: Editora Intersubjetiva, 2003.

FRANCO, F. C. **A indisciplina na escola e a coordenação pedagógica**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 167-176.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREUD, S. **Três ensaios da Teoria da Sexualidade (1905)**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

ORSOLON, L. A. M. **Trabalhar com as famílias: uma tarefa da coordenação**. São Paulo: Loyola, 2005.

QUAGLIO, P. **A supervisão escolar paulista e o professor coordenador pedagógico**. Revista de Pesquisas e Estudos Acadêmicas. Ano 1. N.1. 2006. Disponível em: <<http://www.firb.br/interatividade/edicao1/index.htm>> Acesso em: Junho de 2018.

SAVIANI, D. A Supervisão Educacional em Perspectiva Histórica: da função à profissão pela mediação da idéia. In: FERREIRA, N. S. C. (org.). Supervisão Educacional para uma Escola de Qualidade: da formação à ação. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA JR., C. A. e RANGEL, M. (orgs.). **Nove Olhares sobre a Supervisão**. Campinas, SP: Papirus, 1999.

TORRES, S. R. Reuniões pedagógicas: espaço de encontro entre coordenadores e professores ou exigência burocrática. São Paulo: Loyola, 2001, p. 45-52.

VASCONCELLOS, C. S. Trabalho Coletivo: a reunião pedagógica semanal como espaço de gestão do projeto e de formação contínua do professor. In: Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2009.